

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

RLE Nº 07/2024

OBJETO: "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos."

RECORRENTE:	CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL
RECORRIDA:	CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232

1. DAS PRELIMINARES

- 1.1. Trata-se de procedimento licitatório eletrônico da Lei nº 13.303/2016, para a "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos."
- 1.2. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Licitações-e.
- 1.3. Após análise e julgamento dos preços ofertados e de sua documentação de habilitação, sagrou-se vencedora a proposta da Recorrida.
- 1.4. Ato contínuo, foram recebidos os Recursos Administrativos e as Contrarrazões da Recorrente e da Recorrida acima identificados, os quais são objeto de análise neste documento.

2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

- 2.1. Insurge a Recorrente contra a decisão que classificou e habilitou a Proposta do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232, requerendo que sejam acolhidas as razões apresentadas a seguir, no sentido de reformar a referida decisão presente nos Ofício nº 116/2024/GEPRO-INFRA/ (8570098) e nº 100/2024/GEPRO-INFRA/ (8443421), com base nos seguintes motivos:

2.2. I - Da comprovação do tempo de experiência de 10 (dez) anos para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE. Da necessidade de classificação da proposta apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul.

"Como podemos observar do Ofício nº 100/2024/GEPRO-INFRA/ (8570098), ao desclassificar a proposta técnica apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul, a Comissão de Licitação da INFRA S.A. considerou que, "com relação à qualificação técnica profissional, a documentação apresentada não foi suficiente para comprovar a experiência exigida para o Profissional da Categoria Engenheiro Especialista – OAE".

Segundo a Comissão, ao analisar os atestados e certidões apresentados, considerou que o Profissional "Engenheiro Especialista – OAE" não comprovou experiência mínima de 10 anos na especialidade, nos termos exigidos no item 6.5.5 do Termo de Referência, tendo sido comprovado o tempo de experiência de 6,86 anos.

Ocorre que, com relação ao Engenheiro Especialista – OAE, Sr. Renato Ribeiro, os documentos de qualificação técnica foram apresentados às fls. 829/986, os quais comprovam, de modo adequado, as experiências do referido profissional que atendem perfeitamente ao escopo e tempo de experiência exigidos no instrumento convocatório, totalizando a experiência anterior de 12,95 anos, resumidas no quadro a seguir:

...

i. Com relação à primeira experiência apresentada, descrita na CAT nº 558510/2011, consta expressamente que o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Projetista (Responsável Técnico de Projetos), cujo escopo, de "Projeto Final de Engenharia para Implantação, Pavimentação e Restauração e Posteriormente Supervisão das Obras de Diversos Trechos Rodoviários", é perfeitamente aderente às exigências técnicas estabelecidas no Edital nº 07/2024 para a referida função. Registre-se, inclusive, que nas fls. 01 a 05 da CAT nº 558510/2011 são mencionadas diversas Obras de Arte Especiais, conforme a seguir:

...

Considerando o cumprimento das exigências técnicas estabelecidas no edital, deve ser computado em favor do Sr. Eng.º Renato Ribeiro, integralmente, o tempo de experiência descrito na CAT nº 558510/2011.

ii. Com relação à experiência descrita na CAT nº 23265/2012, é mencionado que o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Coordenador Geral, cujo escopo, de "Estudos e Projeto Básico de Engenharia para o Lote 2 da Via Light, no segmento entre a Av. Brasil em Honório Gurgel e o Bairro de Madureira", também é perfeitamente aderente às exigências técnicas estabelecidas no Edital nº 07/2024 para a referida função. Vale salientar, inclusive, que a Via Light se refere à Rodovia RJ-081, oficialmente denominada Rodovia Carlinhos da Tinguá. Nesse aspecto, os projetos referidos na CAT nº 23265/2012 envolveram Obras de Arte Especiais, conforme descrição entre as págs. 07/11 do referido documento:

...

Por esse motivo, deve ser computado em favor do Sr. Eng.º Renato Ribeiro, integralmente, o tempo de experiência descrito na CAT nº 23265/2012.

iii. Com relação à CAT nº 168345/2012, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Especialista de OAE para o seguinte escopo: "Projeto Final de Engenharia para Melhoria e Pavimentação da Rodovia BA-148; Trecho: Abaira – Jussiapé", comprovando, mais uma vez, o atendimento à experiência exigida no instrumento convocatório e tornando necessário o cômputo do período integral da experiência a que faz referência.

iv. Referente à CAT nº 2516/2007, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Coordenador, para um escopo de "SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO O CADASTRAMENTO II DA REDE PARA ATUALIZAÇÃO DO BANCO DADOS DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL E RESPECTIVA BASE CARTOGRÁFICA, em 270, 70 km, nas Rodovias RJ-106, RJ-182, RJ-224 e RJ-230 integrantes do Plano Rodoviário.". No escopo da CAT, é possível verificar na página 04 do que foram executados Estudos de dispositivos componentes da rodovia, englobando Obras de Arte Especiais, conforme recorte:

...

Os estudos realizados confirmam o atendimento da exigência para o Engenheiro Especialista – OAE.

v. Quanto à CAT nº 8761/2008, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro desempenhou a função de Coordenador Geral, tendo por escopo o "Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas 'Non Aedificandi' e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georreferenciada da Rodovia BR-465/RJ; Trecho: Entr. BR-116 – Entr. BR-101 (B) (Santa Cruz); Subtrecho: Entr. BR-116 – Entr. BR-101 (A); Segmento: Km 0,00 – Km 22,80".

Na pág. 04 da referida CAT é possível verificar terem sido executados estudos de dispositivos componentes da rodovia, englobando Obras de Arte Especiais. A esse respeito, confira-se o recorte abaixo:

...

Considerando que os estudos realizados confirmam o atendimento à exigência técnica estabelecida para o Engenheiro Especialista – OAE, deve ser computado na íntegra o período descrito na CAT nº 8761/2008.

vi. No tocante à CAT nº 9650/2008, o Sr. Renato Ribeiro foi indicado para a função de Especialista de Estruturas (OAE), cuja contratação teve por objeto a elaboração de "Projeto Executivo para Recuperação, Reforço e Reabilitação (Alargamento) de 11 (onze) pontes na Rodovia BR-222/PA, Trecho: Div. MA/PA (Rio Itinga) – Entr. BR-158 (Rio Bacajá), Subtrecho: Rondon do Pará – Marabá, Segmento Km 104,74 – Km 232,02", razão pela qual o tempo de experiência nela referido deverá ser computado integralmente em favor do profissional em questão.

vii. Em sexto lugar, com relação à experiência descrita na CAT nº 7586/2010, válido salientar que o Sr. Eng.º Renato Ribeiro exerceu a função de Coordenador Geral, cuja contratação teve por escopo o "Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas 'Non Aedificandi' e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georreferenciada da Rodovia BR-393/RJ; Trecho: Três Rios (Km 176,20) – Entr. BR-116/RJ (Km 295,60); Subtrecho: Ponte s/ Ribeirão da Amizade (Km 280 + 500 m); Entr. BR-116/RJ (Km 295 + 600m); Segmento: Km 280,50 – Km 295,60".

No escopo da CAT é possível verificar, na pág. 07, a expressa menção à execução de estudos de dispositivos componentes da rodovia, incluindo Obras de Arte Especiais. Confira-se:

...

Portanto, atendidas as exigências técnicas estabelecidas em Edital para a função de Engenheiro Especialista – OAE, deve ser computado integralmente em favor do Sr. Renato Ribeiro o tempo de experiência referido na CAT n.º 7586/2010.

viii. Em sétimo lugar, com relação à CAT n.º 62010/2016, o Sr. Renato Ribeiro exerceu a função de Especialista em Estruturas (OAE), cujo escopo foi a elaboração de “Projeto Executivo para Recuperação, Reforço e Reabilitação (Alargamento) de 11 (onze) pontes na Rodovia BR-222/PA, Trecho: Div. MA/PA (Rio Itinga) – Entr. BR-158 (Rio Bacajá), Subtrecho: Rondon do Pará – Marabá, Segmento Km 104,74 – Km 232,02”, razão pela qual o tempo de experiência nela referido deverá ser computado integralmente em favor do profissional em questão.

ix. Com relação à CAT n.º 27288/2014, o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Especialista em Projeto Estrutural (OAE), cuja contratação teve por escopo a elaboração de “Projeto Básico e Executivo de Engenharia para **Construção e Recuperação, Reforço e Alargamento de 15 (quinze) Pontes Rodoviárias na Rodovia BR-429/RO**; Trecho: Entr. BR-364 (A) (Ji-Paraná) - Entr. RO478 (Fronteira Brasil - Bolívia) (Costa Marques); Subtrecho: Entr. BR-473 (Alvorada do Oeste) - Entr. RO478 (Fronteira Brasil - Bolívia) (Costa Marques); Segmento: Km 94,90 - Km 341,21”.

Logo, de modo semelhante às experiências anteriores, deverá ser computado integralmente o período de experiência referido na CAT n.º 27288/2014.

x. Com relação à CAT n.º 90350/2017, o Sr. Renato Ribeiro atuou na função de Responsável Técnico Solidário, cujo objeto da prestação de serviços consistiu no desenvolvimento de “Estudos e Projetos Básicos para a Implantação do Corredor Transcarioca, Trecho: Penha - Aeroporto do Galeão, em uma Extensão Aproximada de 13,00 Km, na Cidade do Rio de Janeiro”.

No escopo da CAT, nas págs. 11/15, constatamos que foram executados Projetos de Obras de Arte Especiais, conforme recorte abaixo:

...

Portanto, a CAT n.º 90350/2017 atende às exigências técnicas previstas para a função de Engenheiro Especialista – OAE. xi. Por fim, com relação à CAT n.º 18605, o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Responsável Técnico, cujo objeto consistiu na “**Supervisão e Acompanhamento das Obras de Construção da Ponte sobre o Rio Madeira**, no Município de Porto Velho, Distrito de Abunã e Seus Acessos, na Rodovia BR-364/RO - Edital n.º 419/2008-00”.

Vejamos, ademais, o recorte abaixo reproduzido, constante na pág. 07 da CAT:

...

xii. Por fim, com relação à CAT n.º 18605, o Sr. Renato Ribeiro desempenhou a função de Responsável Técnico, cujo objeto consistiu na “Supervisão e Acompanhamento das Obras de Construção da Ponte sobre o Rio Madeira, no Município de Porto Velho, Distrito de Abunã e Seus Acessos, na Rodovia BR-364/RO - Edital n.º 419/2008-00”. Vejamos, ademais, o recorte abaixo reproduzido, constante na pág. 07 da CAT:

...

Logo, o atestado indicado atende integralmente às exigências previstas no instrumento convocatório e, por esse motivo, deve ser computado em sua totalidade em favor do profissional em referência.

Verifica-se, portanto, que todas as CATs apresentadas para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE atendem às exigências técnicas previstas no edital, devendo ser considerada a experiência total comprovada, de 10,44 anos.

xiii. Não obstante as Certidões de Acervo Técnico acima referidas sejam suficientes para comprovar a experiência profissional prévia na elaboração de projetos e/ou estudos de Obras de Arte Especiais ferroviárias, rodoviárias ou metroviárias, o Sr. Eng.º Renato Ribeiro, adicionalmente, detém experiência, na qualidade de Responsável Técnico, na “Prestação de serviços técnicos especializados necessários à desestatização do sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, de até 2.947,2 km1 de extensão”, **cujos serviços envolveram também o desenvolvimento de estudos e projetos de Obras de Arte Especiais, conforme descrito na pág. 5 do Atestado em anexo. A seguir:**

...

xiii. Acrescente-se que, para o quadro considerado no item 2.1, as CATs n.º 44118/2016 e 11829/2009 foram desconsideradas pela Comissão, sob o argumento de que o Profissional respectivo foi indicado como especialista de outras disciplinas.

Nesse aspecto, não caberia à Comissão de Licitação, de plano, desconsiderar as experiências em questão, mas promover diligência destinada à apresentação de documentos complementares, capazes de justificar ou esclarecer os termos da experiência anterior e verificar o atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório.

...

Nesse aspecto, visando esclarecer o integral cumprimento, pelo Consórcio Estratégica – Prosul, da experiência prévia exigida para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, o recorrente anexa as CATs n.º 90350/2017, 7586/2010, 8761/2008, 2516/2007 e 558510/2011, além do Atestado do BNDES, visando esclarecer a experiência prévia do referido profissional.

Por todas as razões acima apresentadas, o Consórcio Estratégica – Prosul requer seja **dado provimento ao presente recurso administrativo para, reformando as razões consignadas na decisão veiculada mediante o Ofício n.º 100/2024/GEPRO-INFRA, considerar integralmente atendido o tempo mínimo de experiência exigido para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE**, previsto no item 14.10.6 do Edital, classificando a proposta apresentada pelo recorrente e declarando-o vencedor do presente certame.”

2.3. II - Das irregularidades da proposta apresentada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232. Da necessidade de desclassificação da proposta apresentada pelo Consórcio recorrido.

“Não obstante as razões demonstradas no tópico antecedente, as quais evidenciam o equívoco na avaliação da experiência prévia comprovada para a função de Engenheiro Especialista – OAE, as quais, por si sós, impõem a necessidade de classificação da proposta apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul, cumpre destacar as inúmeras irregularidades constatadas na proposta apresentada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, ensejando sua desclassificação no presente certame.

i. Como é possível observar, em sua proposta, o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 apresentou encargos sociais e trabalhistas obrigatórios para todas as categorias profissionais, presentes no Grupo A, com alíquotas alteradas.

Podemos destacar, nesse sentido, o item Seguro contra Risco de Acidente de Trabalho (INSS), que possui alíquota obrigatória de 3% (três por cento), de acordo com o Manual de Consultoria para Mão-de-Obra do DNIT”, mas o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 apresentou alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), violando o disposto no Art. 22, inciso II, alínea “c”, da Lei n.º 8.212/1991.

...

ii. Em segundo lugar, a proposta apresentada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, especificamente na composição de seu BDI (Bonificações e Despesas Indiretas), utilizou as alíquotas do regime tributário do Lucro Real.

Como sabido, são tributadas pelo Lucro Real as empresas com faturamento superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) anuais.

Todavia, analisando a pág. 1150 da proposta apresentada pelo recorrido, é possível verificar que a empresa TPF Engenharia Ltda., integrante daquele consórcio, possui um faturamento de aproximadamente R\$ 238 milhões, enquadrando-se, obrigatoriamente, no regime de Lucro Real.

Já a empresa Norconsult Projetos e Consultoria Ltda., também integrante do consórcio recorrido, possui faturamento anual de R\$ 10.448.286,06 (pág. 1170 do volume de habilitação), estando obrigatoriamente enquadrada no regime do Lucro Presumido.

...

Verifica-se, portanto, que os percentuais de BDI apresentados pelo Consórcio TPFNorconsult-EF-232, caso inadvertidamente mantida a classificação de sua proposta, importarão um impacto financeiro de aproximadamente R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em detrimento do Poder Público contratante, desequilibrando, já em seu início, a equação econômico-financeira de eventual contrato.

iii. Em terceiro lugar, o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 utilizou, dentre os documentos de qualificação técnica apresentados para fins de comprovação do tempo de experiência profissional, atestados sem as Certidões de Acervo Técnico correspondentes.

Cumpre ressaltar, todavia, que a necessidade de apresentação das Certidões de Acervo Técnico foi ratificada no 2º Caderno de Perguntas e Respostas, conforme recorte abaixo reproduzido:

...

Logo, tendo em vista o manifesto descumprimento aos termos do instrumento convocatório e às orientações vinculativas do 2º Caderno de Perguntas e Respostas, cumpre à Comissão de Licitação desconsiderar, na Capacidade Profissional do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, o tempo de experiência referido para os profissionais cujos atestados não foram acompanhados das CATs correspondentes.

Desse modo, os profissionais Joel César de Albuquerque Júnior (Engenheiro Especialista – Drenagem OAC), Antônio Carlos Ramos (Engenheiro Especialista – Geotecnia), Abel de Oliveira Filho (Engenheiro Especialista – OAE) e Maria Ângela Nava (Engenheiro Especialista – Terraplenagem) não atingirão os 10 (dez) anos de experiência prévia mínima exigidos no edital, conforme demonstrado na tabela abaixo:

...

iv. Em quarto lugar, especificamente com relação à Sra. Eng.ª Maria Ângela Nava, indicada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 para a função de Engenheiro Especialista – Terraplenagem, além da ausência de comprovação do tempo de experiência mínimo previsto no edital – conforme demonstrado no subtópico antecedente –, é imprescindível destacar que a profissional também **não atende a formação superior exigida para a função.**

Com efeito, o item 14.10.6 do edital **exigiu, para a função de Engenheiro Especialista – Terraplenagem, a formação superior em Engenharia Civil.** Vejamos a seguir:

...

Todavia, a Sra. Eng.ª Maria Ângela Nava **possui formação em Engenharia Cartográfica**, de modo que não poderia ser considerada para a análise da Capacidade Profissional do Consórcio TPFNorconsult-EF-232, ensejando a imperiosa desclassificação da proposta apresentada.

...

Por todas as razões acima apresentadas, o Consórcio Estratégica – Prosul **requer seja dado provimento ao presente recurso administrativo para, reformando as razões consignadas na decisão veiculada mediante o Ofício n.º 116/2024/GEPRO-INFRA, desclassificar a proposta apresentada pelo do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, em razão das irregularidades acima indicadas.**

Requer, outrossim, a **classificação da proposta apresentada pelo Consórcio Estratégica – Prosul, tendo em vista a comprovação do tempo mínimo exigido para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, previsto no item 14.10.6 do Edital, e, consequentemente, declará-lo vencedor do presente certame.**"

2.3.1.

III - Dos pedidos

"Por todo o exposto, o Consórcio Estratégica – Prosul requer que Vossa Senhoria se digne em conhecer e dar provimento ao presente Recurso Administrativo para:

a.1. reconsiderar a decisão veiculada mediante o Ofício n.º 116/2024, para desclassificar a proposta apresentada pelo do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, tendo em vista:

i. ter apresentado encargos sociais e trabalhistas de natureza obrigatória – Seguro contra Risco de Acidente de Trabalho (INSS) – em alíquota distinta daquela prevista no Art. 22, inciso II, alínea "c", da Lei n.º 8.212/1991;

ii. ter apresentado percentuais de BDI sem equacionamento das alíquotas de acordo com o percentual de participação de cada uma das empresas consorciadas, os quais importarão em prejuízo aproximado de R\$ 800 mil em detrimento do Poder Público contratante e desequilibrando, já em sua partida, eventual contrato a ser celebrado;

iii. não ter apresentado as CATs correspondentes aos atestados apresentados para a comprovação da experiência prévia dos profissionais indicados para as funções de Engenheiro Especialista – Drenagem OAC, de Engenheiro Especialista – Geotecnia, de Engenheiro Especialista – OAE e de Engenheiro Especialista – Terraplenagem, descumprindo as orientações vinculativas do 2º Caderno de Perguntas e Respostas e, como consequência, não comprovando o atendimento dos tempos mínimos de experiência exigidos no instrumento convocatório;

iv. a profissional indicada para a função de Engenheiro Especialista – Terraplenagem possui formação superior – em Engenharia Cartográfica – distinta daquela exigida no item 14.10.6 do edital, de Engenharia Civil; e

a.2. reconsiderar a decisão veiculada mediante o Ofício n.º 100/2024/GEPRO-INFRA, para considerar integralmente atendido o tempo mínimo de experiência exigido para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, previsto no item 14.10.6 do Edital, classificando a proposta apresentada pelo recorrente e declarando-o vencedor do presente certame; e

b. Na hipótese de não serem reconsideradas, seja o presente Recurso Administrativo dirigido ao Diretor-Presidente da INFRA S.A., no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do item 15.9 do Edital, para, dando provimento ao presente Recurso Administrativo, reformar as decisões acima referidas, desclassificando a proposta do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 e classificando a proposta do Consórcio Estratégica – Prosul, declarando-o vencedor do certame, nos termos acima indicados."

3. DAS CONTRARRAÇÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a Recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8604527, em síntese:

"É natural o inconformismo do RECORRENTE ao ver frustrada sua tentativa de sagrar-se vencedor na licitação. Todavia, são claramente improcedentes os argumentos manejados em seu recurso e incapazes de ensejar a reforma da acertada decisão da CPL, que declarou o RECORRIDO vencedor. É o que se passa a demonstrar.

DA IMPROCEDÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS

AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL DO RECORRENTE PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS. ENGENHEIRO ESPECIALISTA - OAE COM EXPERIÊNCIA EM TEMPO INFERIOR À EXIGIDA NO EDITAL 8.

O Edital RLE nº 07/2024 trouxe, em seu item 14.10, as exigências de qualificação técnico-profissional para fins de habilitação das licitantes. Reproduzindo o item 6.5.5 do Termo de Referência, a regra editalícia requer do profissional indicado para a posição de Engenheiro Especialista OAE o seguinte:

...

Em minuciosa e muito bem fundamentada análise, a competente Equipe Técnica da VALEC examinou os documentos de habilitação do RECORRENTE frente às regras editalícias e, em relação à qualificação técnico-profissional.

...

Além de explicitar os critérios utilizados na análise, conforme acima reproduzido, o OFÍCIO Nº 100/2024/GEPRO-INFRA/SUPRO-INFRA/DIREMINFRA/DIREX-INFRA/CONSAD-INFRA/AGINFRA trouxe documento anexo em que explicita o tempo de experiência comprovado do profissional, a partir de cada atestado apresentado. No caso do profissional indicado para a posição de Engenheiro Especialista – OAE pelo RECORRENTE, chegou-se ao total de 6,86 anos de experiência, inferior, portanto, àquela exigida no Edital.

O RECORRENTE resiste à conclusão da Equipe Técnica da VALEC, mas não enfrenta ou ao menos aponta, de forma objetiva, qual teria sido o erro da análise realizada. Em suas razões recursais, comenta genericamente sobre alguns dos atestados e CATs e traz anexos ao seu recurso novas CATs e atestados não apresentados originalmente em sua documentação de habilitação, como se fosse possível, nesse momento, corrigir e suprir a omissão de seus documentos.

Para que não se tenha dúvidas quanto à improcedência dos argumentos do RECORRENTE demonstra-se adiante, uma a uma, as falhas de sua documentação, as quais evidenciam que a licitante não detém a capacidade técnico-profissional exigida.

a) CAT Nº 5585/10

Referida CAT não constou na documentação apresentada pelo RECORRENTE, de modo que nunca poderia ser considerada para fins de habilitação, sob pena de agressão ao princípio da isonomia, por conferir benefício somente àquele licitante.

E mesmo que fosse possível – mas não é – aceitar a CAT extemporaneamente apresentada pelo RECORRENTE, seu conteúdo não demonstra a experiência requerida no Edital, notadamente de elaboração de projetos e/ou estudos de Obras de Arte Especiais. Conforme se verifica na página 62 do Recurso Administrativo, o respectivo atestado demonstra apenas a execução da atividade de Supervisão de Obras de Artes Especiais, experiência distinta, portanto, da exigida para o profissional especialista OAE.

...

Na tentativa de ofuscar o fato de que a experiência atestada na CAT não se adequa à requerida, o RECORRENTE faz um recorte do documento para excluir seu título, pois este não deixa margem para dúvidas de que trata e atesta a atividade de supervisão.

...

Deste modo, a CAT não poderá ser considerada, seja porque apresentada extemporaneamente, seja porque não serve para demonstrar a experiência do profissional em elaboração de estudos ou projetos na especialidade de OAE.

b) CAT Nº 23265/2012

A CAT nº 23265/2012 comprova que o profissional Renato Ribeiro atuou como coordenador geral e participou de estudos de traçado, projeto geométricos, desapropriação e remanejamento de interferências, mas NÃO que desempenhou a função de Engenheiro Especialista em OAE.

O Edital deixa claro que, para fins de demonstração da capacidade técnico-profissional, "não é exigido que o atestado esteja em nome da Empresa licitante, mas que os profissionais que desejam comprovar a qualificação possuam atestado(s) de capacidade técnica de elaboração de projetos nas especialidades", não podendo ser aceita, para fins de atendimento ao item editalício, a experiência em outras especialidades, como bem considerou a Equipe Técnica da VALE em sua análise.

Através do documento, o profissional Renato Ribeiro comprova experiência na elaboração de projeto nas disciplinas de geometria, desapropriação e remanejamento de interferências, e não de OAE. Ainda, sua atuação como coordenador não tem relação com a especialidade de OAE, mas sim com a coordenação geral dos serviços.

...

c) CAT 163845/2021

Mais uma vez, a CAT referida não menciona projeto de OAE. A especialidade dos trabalhos apenas é citada no campo que traz a equipe técnica, em que foi designado o responsável técnico pela elaboração de projeto de OAE, não sendo este o Sr. Renato Ribeiro.

Para além disso, é importante destacar que o período correto de experiência a ser considerado segundo o documento é de 20/02/2003 a 14/04/2003, totalizando 53 dias, e não de 10.02.2003 a 10.07.2003, como adotado pela CPL. Conforme registrado no documento, o início dos serviços ocorreu em 20.02.2003, mas foi paralisado em 14.04.2023. 23.

Assim, tendo em vista que os serviços foram retomados em 15.09.2006 e concluídos em 20.12.2006, totalizando 97 dias, o acervo comprova tempo de experiência total de 150 dias, e não de 247 dias.

...

d) CAT 2516/2007

A CAT não pode ser considerada, eis que não foi apresentada nos documentos de habilitação. É evidente que a fase recursal não permite a apresentação de novos documentos. Seria contraditório admitir a inclusão de novos documentos para fins de habilitação posteriormente à decisão que julga os envelopes das licitantes. E ainda que isso fosse possível, o que se cogita apenas para argumentar, a CAT extemporaneamente apresentada pelo RECORRENTE não demonstra a experiência requerida para a posição.

Pois bem. A CAT refere-se aos serviços de "CADASTRAMENTO II DA REDE PARA ATUALIZAÇÃO DO BANCO DADOS DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL E RESPECTIVA BASE CARTOGRÁFICA." As atividades desenvolvidas não englobam estudos ou elaboração de projetos para implantação de OAE. O objeto do contrato ao qual se refere compreende a coleta de dados e cadastramento da rodovia existente.

Em seu recurso, o RECORRENTE inclui esta CAT visando compor o cálculo da experiência do profissional Especialista - OAE, indicando o período de 03.10.2005 a 01.03.2006, que totalizaria o tempo de experiência de 149 dias. Entretanto, omite o fato de que dentro do período houve paralisação nas atividades, conforme registrado no documento.

...

Logo, mesmo que a CAT pudesse ser aceita nessa fase da licitação e que seu objeto tratasse das atividades exigidas no Edital, o tempo de experiência a ser considerado seria de 122 dias - considerando um primeiro período de 03.10.2005 a 03.01.2006, equivale a 92 dias, e um segundo período, com início em 14.06.2006 e até 14.07.2006, corresponde a

30 dias.

e) CAT 8761/2008

Referida CAT também não constou na documentação de habilitação do RECORRENTE, o que per si inviabiliza sua aceitação para fins de comprovação de sua capacidade técnica. Demais disso, a CAT refere-se a serviços de “CADASTRAMENTO DAS OCUPAÇÕES REGULARES OU IRREGULARES NAS FAIXAS DE DOMÍNIO E ÁREAS “NON AEDIFICANDI” E DOS SISTEMAS COMPONENTES DA RODOVIA BR- 465/RJ”, não englobando estudos para implantação ou elaboração de projeto de OAE. A experiência demonstrada na CAT consiste na execução de levantamento topográfico no qual estão incluídas obras de artes especiais.

f) CAT 9650/2008

O RECORRENTE defende, em seu recurso, que o período indicado na CAT, de 09.11.2006 a 08.04.2007, deveria ser considerado integralmente no cálculo do tempo de experiência do profissional. No entanto, há concomitância entre o referido período e aquele em que foram executadas as atividades objeto da CAT 163845/2012, de 15.09.2006 a 20.12.2006. Apenas a partir de 21.12.2006 foi que não houve a execução concomitante dos serviços tratados nas referidas CATs. Assim, o tempo de experiência comprovado na CAT, excluído o período de concomitância, equivale a 108 dias.

g) CAT 7586/2010

A CAT não pode ser considerada, eis que não foi apresentada nos documentos de habilitação. E ainda que isso fosse possível, o que se cogita apenas para argumentar, não demonstra a experiência requerida para a posição.

Nesse sentido, o documento refere-se ao “Cadastramento das Ocupações Regulares ou Irregulares nas Faixas de Domínio e nas Áreas “Non Aedificandi” e dos Sistemas Componentes, com Amarração Georreferenciada da Rodovia BR-393/RJ; Trecho: Três Rios (Km 176,20) – Entr. BR-116/RJ (Km 295,60); Subtrecho: Ponte s/ Ribeirão da Amizade (Km 280 + 500 m); Entr. BR-116/RJ (Km 295 + 600m); Segmento: Km 280,50 – Km 295,60”. As atividades desenvolvidas não englobam estudos para implantação ou elaboração de projetos de OAE. O contrato refere-se à coleta de dados e cadastramento de rodovia existente, de modo que, ainda que tivesse sido apresentada na documentação de habilitação do RECORRENTE, não seria hábil a demonstrar a experiência requerida.

...

h) CAT 90350/2017

Referida CAT também não constou na documentação de habilitação do RECORRENTE, o que per si inviabiliza sua aceitação para fins de comprovação da capacidade técnica na licitação.

i) CAT 44118/2016

A CAT foi acertadamente desconsiderada pela CPL, porque o atestado ao qual se refere não menciona o desenvolvimento de projeto ou estudos para a implantação de OAE; e o profissional indicado foi responsável, na execução contratual, por estudos geotécnicos, projeto de terraplenagem e projeto de pavimentação, exercendo, assim, função de especialidade distinta da requerida.

Em seu recurso, o RECORRENTE defende que a CPL deveria ter promovido diligência destinada a suprir a informação supostamente omitida no documento. Contudo, a realização diligência, conforme disposto no item 11 do Edital, trata-se de faculdade da CPL a ser exercida no propósito esclarecer ou confirmar a veracidade das informações apresentadas. Ela nunca será meio hábil para “contradizer” os dados expressamente trazidos na documentação, como pretende o RECORRETE.

A CAT apresentada certifica a experiência do profissional na execução das atividades de desenvolvimento de estudos geotécnicos, projeto de terraplenagem e projeto de pavimentação. A diligência almejada pelo RECORRENTE nunca demonstraria experiência distinta daquela expressamente atestada no documento, notadamente a elaboração de projeto ou estudos para implantação de OAE.

Além disso tudo, houve concomitância entre os serviços acervados pela CAT. Estes tiveram início no dia 02.03.2010 e perduraram por 180 dias, ou seja, até 29.08.2010, de forma concomitante com as atividades tratadas na CAT 62010/2016.

...

j) CAT 11829/2009

A CAT foi desconsiderada acertadamente pela CPL, pois, segundo registrado no documento, o profissional Renato Ribeiro não elaborou, não foi responsável técnico e nem coordenou a disciplina de Projeto de OAE. Conforme imagem abaixo, o eng. Renato Ribeiro foi responsável pelos estudos geotécnicos, estudos hidrológicos e projeto de drenagem e obras de arte correntes. A elaboração e responsabilidade técnica do projeto de OAE coube ao eng. Sérgio Marques Ferreira de Almeida.

Conforme demonstrado acima, os documentos apresentados pelo RECORRENTE não são suficientes para comprovar a experiência, por tempo igual ou superior a 10 anos, do profissional indicado para a posição Engenheiro Especialista – OAE. Sua habilitação, assim, agrediria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, ambos aplicáveis à licitação por força do art. 31 da Lei n°. 13.303/2016.

...

Em obediência aos referidos princípios, a CPL da VALEC não poderia renunciar a exigência que, por expressa no Edital, tornou-se Lei interna da licitação.

Demais disso, não podem ser aceitos os documentos apresentados pelo RECORRENTE anexos ao seu recurso, para fins de demonstração de sua capacidade técnica. Ainda que deva ser observado o princípio do formalismo moderado nas licitações, admitir a apresentação, na fase de recurso, de documentos para compor o envelope da habilitação da licitante seria contrária às mais básicas noções de processualidade administrativa, além de resultar na concessão de ilegal vantagem ao RECORRENTE.

No ponto, registre-se que os documentos apresentados pelo RECORRENTE em seu recurso não se trata de meros esclarecimentos quanto ao conteúdo da documentação originalmente apresentada. Os documentos consistem em CATs que reportam experiências do profissional distintas e não relacionadas com aquelas acervada na documentação entregue inicialmente no certame.

Não bastasse o fato de apresentada intempestivamente, as CATs que instruíram o recurso do RECORRENTE em nada alterariam o desfecho de sua inabilitação. Isso porque, como demonstrado, ponto a ponto, acima, a experiência nelas atestadas não atende à exigida no item 6.5.5 do Termo de Referência, na maior parte porque não se refere à elaboração de estudos ou projetos da especialidade de OAE.

Assim, sob qualquer ângulo que se analise, restam demonstrados o acerto e legalidade da decisão da CPL que inabilitou o RECORRENTE.

DA EVIDENTE CAPACIDADE TÉCNICA DO RECORRIDO. COMPROVADA FORMAÇÃO DA ENGENHEIRA MARIA ÂNGELA NAVA. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SUFICIENTES A DEMONSTRAR A EXPERIÊNCIA DE SEUS PROFISSIONAIS

Para além de atacar a decisão da CPL que o inabilitou, o RECORRENTE pugna pela inabilitação do RECORRIDO. No propósito, defende que deveriam ser desconsiderados, para fins de qualificação técnico-profissional, os atestados apresentados pelo RECORRIDO desacompanhados das respectivas CATs, notadamente os que atestam a experiência dos profissionais Joel César de Albuquerque, Antônio Ramos, Abel de Oliveira e Maria Ângela Nava.

Contudo, o argumento vai em sentido exatamente contrário ao disposto no Edital da licitação. O instrumento convocatório é claro ao dizer que o preenchimento dos requisitos de experiência profissional pode ser realizado mediante a apresentação de atestado, certidão OU declaração, e não de atestado obrigatoriamente acompanhado de CAT, como defendido pelo RECORRENTE. Vejamos os termos da regra editalícia.

O dispositivo não deixa margem para dúvida: a apresentação de qualquer uma das 3 espécies de documento acima é suficiente para comprovar a experiência do profissional.

Além de ir em sentido contrário à regra expressa no instrumento convocatório, o argumento do RECORRENTE é contraditório com sua própria posição adotada no recurso. Isso porque, em suas razões recursais, o RECORRENTE defende que o atestado emitido pelo BNDES deveria ser considerado para fins de comprovar o tempo de experiência de profissional de sua equipe, sendo que referido atestado não foi apresentado acompanhado pela respectiva CAT.

Assim, o RECORRENTE assume posições distintas quanto à interpretação das regras editalícias, de acordo com o que lhe convém. Na tentativa de inabilitar o RECORRIDO, pugna pela não aceitação de atestados desacompanhados de CATs ao mesmo tempo que defende o acolhimento de atestado que apresentou desacompanhado de CAT para fins dos cálculos do tempo de experiência de sua equipe.

A postura reticente do RECORRENTE apenas confirma a ausência de fundamento de seu argumento, e o acerto da decisão que considerou os atestados apresentados pelo RECORRIDO, mesmo quando desacompanhado de CAT, aptos a demonstrar a experiência profissional, por ser esta a regra definida no Edital. Assim, qualquer decisão em sentido distinto infringiria diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Mas não foi só isso. Além de lançar alegações contrárias ao Edital, o RECORRENTE ainda defende argumento que carece até de lógica. Diz o que não fora comprovada a formação da Sra. Maria Ângela Nava exigida para a posição de Engenheira Especialista – Terraplanagem.

Contudo, na documentação do RECORRENTE são apresentadas CATs emitidas pelo CREA a partir de Anotações de Responsabilidade Técnica da profissional pela atividade de elaboração de projetos de terraplanagem. Ora, Ilmos. Membros da CPL, se a referida profissional não estivesse profissionalmente habilitada para exercer a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de terraplanagem, como o CREA, órgão responsável pela fiscalização do exercício da profissão de engenharia, nos termos Lei n° 5.194/1966, teria anotado sua responsabilidade técnica para as atividades?

A resposta ao questionamento acima leva a inevitável conclusão de que a eng. Maria Ângela Nava tem, sim, formação adequada e está apta e habilitada profissionalmente para exercer a posição de Engenheira Especialista – Terraplanagem no futuro contrato. Aceitar a infundada alegação do RECORRENTE significaria defender que o órgão responsável pela fiscalização e regulamentação do exercício da profissão de engenharia estaria errado em sua avaliação de que a eng. Maria Ângela Nava poderia exercer a responsabilidade técnica por atividades de elaboração de projeto de terraplanagem, conforme comprovadamente desempenhou. Essa ideia não faz o menor sentido e tampouco prestigia o próprio objetivo dos requisitos habilitatórios de qualificação técnica, qual seja, averiguar se a licitante reúne as condições técnicas mínimas para a execução do objeto contratual.

As atestações dizem respeito a projetos de complexas obras viárias, sendo que, em todos eles, a Engenheira Maria Ângela Nava aparece como engenheira especialista responsável pelos projetos de terraplanagem de obras viárias, ou seja, a profissional em destaque não apenas compôs a equipe que cuidou dos referidos projetos, mas assumiu a responsabilidade técnica pela integralidade dos projetos de terraplanagem.

Vale mencionar, inclusive, que, entre os atestados apresentados, o de n° 7 diz respeito à elaboração do projeto executivo de infraestrutura e de superestrutura das obras de implantação da Ferrovia Transnordestina no Estado de Pernambuco, cuja licitação foi levada a efeito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. Nesse contrato, a Engenheira Maria Ângela Nava assumiu, como de praxe, a responsabilidade pelo projeto de terraplanagem.

Isso significa, portanto, que não será a primeira vez que a referida profissional assumirá a responsabilidade pela elaboração do projeto de terraplanagem da ferrovia Transnordestina, uma vez que já atuou na elaboração desse mesmo projeto em outro trecho da ferrovia, o que comprova, de maneira cabal, sua plena capacitação para elaborar

projetos dessa natureza.

Com efeito, as razões recursais do RECORRENTE impecem também quanto a este ponto específico.

INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA PROPOSTA DO RECORRIDO II.3.1 ADEQUAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 1,5% PARA O ITEM “SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO”

Defende o RECORRENTE que haveria erro no percentual de 1,5% indicado para o item “Seguro Acidente de Trabalho”, da planilha de encargos da proposta do RECORRIDO, afirmando que, por força de manual do DNIT, deveria ser de 3%.

Olvida-se o RECORRENTE que os custos estimados em manuais do DNIT são diretrizes para a orçamentação da licitação pelos órgãos/entidades licitantes, não obstante a apresentação de propostas com valores ou percentuais inferiores, desde que o montante proposto seja exequível e aderente à realidade do proponente.

No que diz respeito ao percentual do Seguro de Acidente de Trabalho, este sofre influxos de duas variáveis: i) a atividade econômica preponderante do estabelecimento, de acordo com o declarado pela empresa, podendo ser de 1%, 2% ou 3%, conforme o grau de risco da atividade; ii) o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que pode reduzir a alíquota em até 50% ou majorá-la em até 100%, em razão do desempenho da empresa.

...

Outrossim, nos termos do caput do art. 203 do citado Decreto 3.048/1999, “a fim de estimular investimentos destinados a diminuir os riscos ambientais no trabalho, o Ministério da Previdência e Assistência Social poderá alterar o enquadramento de empresa que demonstre a melhoria das condições do trabalho, com redução dos agravos à saúde do trabalhador, obtida através de investimentos em prevenção e em sistemas gerenciais de risco”.

Dessa forma, empresas com idêntica atividade econômica preponderante podem contribuir com alíquotas efetivas distintas.

Conforme documentação anexa e imagens abaixo colacionadas, os FAPs das consorciadas TPF ENGENHARIA LTDA e NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA para o ano de 2024 foram definidos pela Previdência Social em 0,50:

...

Tem-se, destarte, uma alíquota efetiva do GILRAT de 1,5%, baseada no seguinte cálculo:

$\{Alíquota\ Efeiva\ do\ GILRAT\} = \{Alíquota\ Base\ do\ RAT\} * \{FAP\} = 3\% * 0,50 = 1,5\%$

Portanto, a alíquota de 1,5% indicada pelo RECORRIDO está adequada à realidade das empresas integrantes do Consórcio e em conformidade com a legislação aplicável.

Ainda que tivesse havido equívoco no percentual do item “Seguro Acidente de Trabalho” - o que não ocorreu, como demonstrado - não seria caso de desclassificação da proposta, mas de abertura de prazo para sua correção.

Como bem apontado na proposta de encaminhamento contida no já mencionado Acórdão 3134/2020 - Plenário, a jurisprudência do TCU - materializada nos Acórdãos 1.811/2014, 2.546/2015, 830/2018 e 2.742/2018 - Plenário, é firme no sentido de “ser possível que a licitante melhor classificada corrija sua planilha orçamentária, desde que não resulte em aumento do valor total. Dito de outro modo, erros no preenchimento da planilha não seriam motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando o orçamento puder ser ajustado sem a necessidade de majoração do preço ofertado”.

Assim, caso viesse a ser compelido a majorar a alíquota do Seguro para 3%, resultando em encargos de 64,5%, o RECORRIDO poderia ajustar os salários propostos, respeitando o piso da categoria e mantendo o valor global de sua proposta, atendendo, assim, a jurisprudência do TCU.

Logo, por qualquer ângulo que se analise, as alegações do RECORRENTE não têm amparo fático ou legal, devendo o recurso, também nesse ponto, ser desprovido.

ADEQUAÇÃO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO E DAS ALÍQUOTAS DO BDI. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

O RECORRENTE afirma que o RECORRIDO estaria obrigatoriamente enquadrada no regime tributário do lucro presumido e que o BDI de sua proposta deveria ser “equacionada” para espelhar o regime tributário das duas integrantes, de forma proporcional às respectivas participações.

O argumento da Recorrente, na verdade, é um sofisma, lastreando-se em premissa equivocada.

O inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718/1998 obriga as pessoas jurídicas com receita superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) à apuração do lucro real. Entretanto, isso não significa que as empresas com faturamento inferior a esse limite estejam proibidas de adotarem o mesmo regime.

Não existe obrigação legal de tributação com base no lucro presumido, mas autorização para que determinadas pessoas jurídicas possam optar por esse regime, nos moldes dos arts. 44 e 45 da Lei nº 8.981/1995:

...

Portanto, o cálculo do BDI pelo RECORRIDO considerou corretamente os tributos aplicáveis, de acordo com os regimes de apuração do lucro das empresas consorciadas.

Ainda que assim não fosse, reitera-se que não seria caso de desclassificação da proposta, pois seria essa medida desproporcional e contrária ao interesse público. Perceba que, ainda que as alíquotas dos tributos considerados no BDI da proposta do RECORRIDO estivessem em desconformidade com o regime tributário de uma das consorciadas, na forma sugerida pelo RECORRENTE em suas razões recursais: (a) o percentual do item e valor global orçados atendem aos limites definidos no Edital; (b) não importaria em qualquer vantagem competitiva em relação aos demais licitantes; (c) não compreende sobrepreço; e (d) não interfere no julgamento objetivo das propostas.

Por outro lado, e com maior relevância ainda, a hipotética “irregularidade” levantada pelo RECORRENTE aqui tratada em nada modifica o fato de a proposta do RECORRIDO, dentre os habilitados para a execução dos serviços, é sem sobre de dúvidas a mais vantajosa para a Administração Pública, razão pela qual sua desclassificação seria medida atentatória ao próprio interesse público.

Enfim, mesmo que o argumento do RECORRENTE procedesse, mas não procede como demonstrado acima, a VALEC/INFRA poderia, no máximo, solicitar que ajustasse os itens de compõem o BDI, sem alteração do valor global. De forma alguma seria o caso de desclassificação da proposta.

...

Enfim, não restam dúvidas quanto à total improcedência do recurso aqui contrarrazoados.”

3.2. Ao final, requereu que sejam acolhidas as contrarrazões apresentadas, no sentido de que “o CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232 tem por apresentadas as suas contrarrazões ao recurso administrativo interposto pelo CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL, com base nas quais requer seja este julgado totalmente improcedente, mantendo-se a decisão de declaração do vencedor da licitação.”

“PEDIDO

Por todo o exposto, o CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232 tem por apresentadas as suas contrarrazões ao recurso administrativo interposto pelo CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL, com base nas quais requer seja este julgado totalmente improcedente, mantendo-se a decisão de declaração do vencedor da licitação.”

4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PELA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Posto o encarte acima, passa-se a analisar o âmago do Recurso Administrativo pela empresa Recorrente, que, como já foi possível concluir, versa sobre a qualificação técnica profissional do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232, bem como do pedido de reanálise e apresentação de novas documentações a cerca da qualificação técnica profissional do CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL.

4.2. III - Análise dos pedidos da Recorrente

a.1. reconsiderar a decisão veiculada mediante o Ofício n.º 116/2024, para desclassificar a proposta apresentada pelo Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, tendo em vista:

i. ter apresentado encargos sociais e trabalhistas de natureza obrigatória – Seguro contra Risco de Acidente de Trabalho (INSS) – em alíquota distinta daquela prevista no Art. 22, inciso II, alínea “c”, da Lei n.º 8.212/1991.

4.2.1. Com o intuito de desabonar a proposta do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 ou pontos que faça valer esse entendimento, a recorrente traz transcrições de manifestos judiciais acerca de matéria associado a ritos licitatórios. Ainda que seja necessária a validação das citações, depreende-se que a situação, ali exposta, não guarda relação de equivalência com o caso discutido em razão do andamento do EDITAL RLE Nº 07/2024-Infra. A fundamentação jurisprudencial trazida versa sobre detalhamento da parcela de encargos em si, sem adentar nos pormenores e nada mais.

4.2.2. Oportunamente, ratifica-se a devida apresentação de detalhamento de encargos como parte integrante da proposta de preços do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232.

4.2.3. Em seu manifesto de direito de resposta, o Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 trouxe esclarecimentos que consubstanciam a adoção do percentual de 1,5% para o encargo em discussão. Tendo apresentado para tanto, farto embasamento legal e normativo, além de consultas que teria feito em base de dados que demonstra as alíquotas para as empresas que compõem o consórcio fazem jus ao percentual de 1,5% para o Seguro contra Risco de Trabalho (INSS) que integra sua proposta de preços.

4.2.4. Ante o exposto, resta entendido por esta área técnica que os pontos trazidos pela recorrente não podem trazer o prejuízo da invalidação da proposta de preços do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232.

ii. ter apresentado percentuais de BDI sem equacionamento das alíquotas de acordo com o percentual de participação de cada uma das empresas consorciadas, os quais importarão em prejuízo aproximado de R\$ 800 mil em detrimento do Poder Público contratante e desequilibrando, já em sua partida, eventual contrato a ser celebrado

4.2.5. Alega a recorrente que a proposta de preços do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 estaria assentada sobre erro quanto às alíquotas adotadas na sua proposta de preços para os impostos PIS e COFINS, que são parcelas componentes do BDI.

4.2.6. O CONSÓRCIO ESTRATÉGICA – PROSUL, argumenta sobretudo que o regime tributário para a empresa que integra o consórcio - Norconsult Projetos e Consultoria Ltda. - seria obrigatoriamente enquadrada na forma da tributação "Lucro Presumido".

4.2.7. Haja vista que se trata de matéria estritamente contábil-tributária, resta entendido que proceder com análises ou fazer qualquer juízo a respeito do tema extrapola as atribuições desta Superintendência, de forma que, resta sugerir à Comissão de Licitações que avalie, se for o caso, a possibilidade de fazer eventuais consultas com o fim de qualificar e avaliar essa alegação da recorrente.

iii. não ter apresentado as CATs correspondentes aos atestados apresentados para a comprovação da experiência prévia dos profissionais indicados para as funções de Engenheiro Especialista – Drenagem OAC, de Engenheiro Especialista – Geotecnia, de Engenheiro Especialista – OAE e de Engenheiro Especialista – Terraplenagem, descumprindo as orientações vinculativas do 2º Caderno de Perguntas e Respostas e, como consequência, não comprovando o atendimento dos tempos mínimos de experiência exigidos no instrumento convocatório.

4.2.8. Dentre as alegações da Recorrente, houve descumprimento aos termos do instrumento convocatório e às orientações vinculativas do 2º (segundo) Caderno de Perguntas e Respostas, quando a Comissão de Licitação considera, na Capacidade Profissional do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232, o tempo de experiência referido para os profissionais cujos atestados não foram acompanhados das CATs correspondentes.

4.2.9. Nesse caso, os profissionais Joel César de Albuquerque Júnior (Engenheiro Especialista – Drenagem OAC), Antônio Carlos Ramos (Engenheiro Especialista – Geotecnia), Abel de Oliveira Filho (Engenheiro Especialista – OAE) e Maria Ângela Nava (Engenheiro Especialista – Terraplenagem) não teriam atingido os 10 (dez) anos de experiência prévia mínima exigidos no Edital.

4.2.10. Pelo certame, as orientações vinculativas do 2º (segundo) Caderno de Perguntas e Respostas e relacionada ao caso é a seguinte:

PERGUNTA 6: A Comprovação da experiência dos profissionais da equipe chave (7) será aferida pela apresentação de 1 (um) atestado de capacidade técnica, devidamente acervado no órgão competente (CREA/CAU/outros) que contenha as informações da experiência requerida para cada categoria profissional, com os dados completos do empreendimento, período de execução, nome e função do profissional, dados da empresa executora e dados do Contratante, sem exigência de quantidades mínimas nem tempo de participação no contrato. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA SUPRO/DIREM Nº 6: Sim, está correto, desde que atendida a exigência de qualificação técnica profissional da Tabela 3 do Anexo I - Termo de Referência. grifo nosso.

4.2.11. Como nota-se, tanto a PERGUNTA 6 como a RESPOSTA SUPRO/DIREM Nº 6 do 2º (segundo) Caderno de Perguntas e Respostas estão direcionadas a desnecessidade de exigência de quantidades mínimas e de tempo de participação no contrato, uma vez que a exigência para a comprovação de experiência da Qualificação Técnica Profissional, conforme transcrito no subitem 6.5. do Termo de Referência, é clara e objetiva, sendo suficiente apenas a apresentação de **atestados** pelas licitantes. Todavia, sempre quando apresentadas, as Certidões de Acervos Técnicos foram consideradas nas análises como documentação principal, no entanto, **essas não são obrigatórias**, veja:

6.5. Para a **Qualificação Técnica Profissional** serão exigidos **atestados** de capacidade técnica, sendo no mínimo 1 (um) **atestado** para cada categoria de profissional indicada na Tabela 3, em nome dos profissionais designados para os serviços, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

...

6.5.3. Para qualificação técnica-profissional não é exigido que **o atestado** esteja em nome da Empresa licitante, mas que os profissionais que desejam comprovar a qualificação possuam **atestado(s)** de capacidade técnica de elaboração de projetos nas especialidades (Categoria Profissional) indicadas na Tabela 3.

6.5.4. **Os atestados** devem conter, no mínimo, informações essenciais, incluindo o nome do contratado e do contratante, a descrição do objeto do contrato, bem como os serviços executados, detalhados quanto à natureza e quantidade. grifo nosso.

4.2.12. Nesse sentido, registra-se que não houve descumprimento das orientações vinculativas do 2º Caderno de Perguntas e Respostas.

4.2.13. Corroborando com tal entendimento, o Acórdão 3298/2022-Segunda Câmara, do Relator MARCOS BEMQUERER, descreve que as CATs **podem** ser solicitadas como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes. Como nota-se, o verbo utilizado no mencionado Acórdão é "**podem**", e não "**devem**", ou seja, o expediente não traz a obrigatoriedade de apresentação de CATs, veja:

Para fins de habilitação técnico-operacional em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante, **podendo** ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes. grifo nosso.
Acórdão 3298/2022-Segunda Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER

iv. a profissional indicada para a função de Engenheiro Especialista – Terraplenagem possui formação superior – em Engenharia Cartográfica – distinta daquela exigida no item 14.10.6 do edital, de Engenharia Civil

4.2.14. Conforme mencionado no subitem 4.3.4, embora a profissional tenha apresentado documentação sobre sua atuação em projetos de terraplenagem, ao reanalisar os documentos apresentados pela Recorrida, esta área técnica decidiu acatar as justificativas da Recorrente. Isso se deve ao fato de que, apesar de a Engenheira Cartográfica Maria Ângela Nava ter **apresentado documentação de sua atuação na elaboração de projetos de terraplenagem**, o Termo de Referência, na Tabela 3, do subitem 6.5, especifica categoricamente a necessidade de formação em Engenharia Civil para a categoria de engenheiro especialista em terraplenagem. Assim, considerando que a profissional apresentada pela Recorrida é formada em Engenharia Cartográfica, portanto, não atende aos requisitos especificados no Termo de Referência.

a.2. reconsiderar a decisão veiculada mediante o Ofício n.º 100/2024/GEPRO-INFRASA, para considerar integralmente atendido o tempo mínimo de experiência exigido para o profissional indicado para a função de Engenheiro Especialista – OAE, previsto no item 14.10.6 do Edital, classificando a proposta apresentada pelo recorrente e declarando-o vencedor do presente certame

4.2.15. No que tange a qualificação técnica profissional do CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL, a Recorrente argumentou detalhadamente a respeito de todas as CAT's apresentadas na sua proposta.

4.2.16. Nesse contexto, a Recorrente também elencou a possibilidade de admitir a juntada de documentos que venham a atestar condições pré-existentes. Por conseguinte, realizou-se nova análise da documentação de habilitação técnica do profissional Renato Ribeiro, considerando agora as CATs n.º 90350/2017, 7586/2010, 8761/2008, 2516/2007 e 558510/2011 e o Atestado do BNDES anexados pela Recorrente, no intuito de verificar a experiência prévia para o profissional engenheiro especialista - OAE.

4.2.17. Considerando os argumentos expostos, tanto da Recorrente quanto da Recorrida, para as CAT's apresentadas inicialmente, bem como, após a juntada de documentos complementares, no intuito de verificar a experiência do profissional, esta área técnica apresenta a seguinte reanálise:

Nome: RENATO RIBEIRO		ENGENHEIRO ESPECIALISTA – OAE DIPLOMA-OK		PERÍODO DA EXPERIÊNCIA					ATIVIDADE EM OAE	(ver pg. 9)
TIPO DE ATIVIDADE	DOCUMENTO	CONTRATO	CONTRATANTE	INÍCIO	INÍCIO SEM CONCOMITÂNCIA	Fim	DIAS	ANOS		OBSERVAÇÃO DA EQUIPE T

ELABORAÇÃO DE PROJETO	23265/2012	021/2002	Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro	07/01/2003	07/01/2003	28/01/2003	21	0,06	Coordenador geral de projeto	-
ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE PROJETO	163845/2012	169/07/2002-B	DERBA	20/02/2003	20/02/2003	14/04/2003	53	0,15	RT pelo projeto estrutural de OAE	-
ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE PROJETO	163845/2012	169/07/2002-B	DERBA	15/09/2006	15/09/2006	21/12/2006	97	0,27	RT pelo projeto estrutural de OAE	-
ELABORAÇÃO DE PROJETO	9650/2008	0210000009/2006	DNIT	09/11/2006	22/12/2006	08/04/2007	107	0,29	Projetista	-
ELABORAÇÃO DE PROJETO	62010/2016	ST-7-0164/10-00	DNIT	02/03/2010	02/03/2010	29/08/2010	180	0,49	Projetista	-
ELABORAÇÃO DE PROJETO	62010/2016	ST-7-0164/10-00	DNIT	02/05/2012	02/05/2012	29/10/2012	180	0,49	Projetista	-
ELABORAÇÃO DE PROJETO	62010/2016	ST-7-0164/10-00	DNIT	29/10/2012	29/10/2012	27/01/2015	820	2,25	Projetista	-
ELABORAÇÃO DE PROJETO	27288/2014	SR-RO/AC-1.0.00.0916/2009-00	DNIT	25/01/2010	25/01/2010	01/03/2010	35	0,10	Projetista	-
ELABORAÇÃO DE PROJETO	44118/2016	ST-7-0163/10-00	DNIT	02/03/2010	Tempo concomitante	02/12/2010	0	0,00	N/C	Não ficou clara sua atuação na esp de projeto de OAE uma vez que o destaca que foi membro de equipe como especialista em Estudos Geotécnicos, Estudos de Tráfego Capacidade, Projeto de Terraplenagem e Projeto de Pavimentação
ELABORAÇÃO DE PROJETO	11829/2009	PD/005/002/2001	DNIT	07/01/2003	Tempo concomitante	15/12/2009	0	0,00	N/C	Não ficou clara sua atuação na esp de projeto de OAE uma vez que o destaca que atuou como membro de especialista em Estudos Geotécnicos, Estudos Hidrológicos e Projeto Drenagem e Obras de Arte Cor
SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE	18605	SR-RO/AC-1.0.00.00407/2011-00	DNIT	13/08/2014	28/01/2015	29/07/2017	913	2,50	Responsável Técnico	Embora seja uma contrato de sup DNIT declara no atestado que "O informamos que as atribuições da Sua para o desenvolvimento e atendimento ao escopo contratual, em, entre outras, o item denominado "Elaboração de Projetos, incluindo todo o escopo relacionado à esta atividade inclusive a Análise de Projetos das originais".
O PROJETO DO CORREDOR TRANS-CARIOCA BRT (BUS RÁPIDA TRANSIT) PENHA AO GALEÃO.	90350/2017	nº03/2011	Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro	11/01/2011	11/01/2011	10/07/2011	180	0,49	Responsável Técnico	Documentação apresentada junto Recurso Administrativo - Extra (8598169) - foi considerado as dat na CAT
CADASTRAMENTO DAS OCUPAÇÕES REGULARES OU IRREGULARES NAS FAIXAS DE DOMÍNIO E NAS ÁREAS "NON AEDIFICANDI" E DO SISTEMAS COMPONENTES DA RODOVIA BR-393/RJ	7586/2010	ST-7-0047/07-00	DNIT	31/12/2007	31/12/2007	29/04/2008	0	0,00	Não consta atividade na elaboração de Projetos de OAE nem a caráter de anteprojeto	Documentação apresentada junto Recurso Administrativo - Extra (8598169) - Contrato de Cadastro topográfico
CADASTRAMENTO DAS OCUPAÇÕES REGULARES OU IRREGULARES NAS FAIXAS DE DOMÍNIO E NAS ÁREAS "NON AEDIFICANDI" BR-465/RJ	8761/2008	UT-7-0018/0600	DNIT	18/08/2006	18/08/2006	16/11/2006	0	0,00	Não consta atividade na elaboração de Projetos de OAE nem a caráter de anteprojeto	Documentação apresentada junto Recurso Administrativo - Extra (8598169) - Contrato de Cadastro topográfico -

CADASTRAMENTO II DA REDE ATUALIZACAO BANCO DE DADOS PLANO RODOVIARIO ESTADUAL BASE CARTOGRAFICA EM 270,70 KM RJ-106, RJ-182, RJ-224 E RJ-230	2516/2007	-	DER-RJ	03/10/2005	03/10/2005	06/02/2007	0	0,00	Não consta atividade na elaboração de Projetos de OAE nem a caráter de anteprojeto	Documentação apresentada junto Recurso Administrativo - Estra (8598169) - Contrato de Cadastro topográfico
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO E PROJETO DE OAE ENGE-RIO ENGENHARIA E CONSULTORIAS.A. E A CODERPI	558510/2011	nº03/1985	CODERPI	01/06/1985	01/06/1985	31/12/1986	578	1,58	Projetista	Documentação apresentada junto Recurso Administrativo - Estra (8598169) - Contrato Elaboração e Final de Engenharia e Supervisão contendo OAEs
ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL, DE EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS	ATESTADO	-	BNDES	22/05/2020	22/05/2020	22/11/2022	914	2,50	Responsável técnico	Documentação apresentada junto Recurso Administrativo - Estra (8598169) - Estudo de viabilidade anteprojeto de OAE não foi apre CAT referente a esse atestado. reconsideração quanto ao aceite de de estudos, em atenção ao disposto subitem 6.5., Tabela 3, do Termo Referência.
TEMPO TOTAL DE EXPERIÊNCIA COMPROVADO EM PROJETOS E ESTUDOS DE OAE (conforme referência E, Tabela 3, item 6.5.5 do Termo de Referência)							4078	11,17	ANOS	SUPERIOR A 10 ANO

Tabela 1: reanálise da documentação de habilitação técnica do profissional Renato Ribeiro

4.2.18. Neste ponto, observa-se que na presente análise, materializada na Tabela 1, foi observado o dever de abstenção da Administração concernente ao formalismo exagerado e interpretação excessivamente rigorosa do Edital, que prejudica a competitividade do certame;

4.2.19. Assim, após análise, incluindo a documentação complementar, esta área técnica concluiu que o profissional indicado possui um total de 11,17 anos de experiência, atendendo o requisito de 10 anos estabelecido no Termo de Referência para o CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL.

b. Na hipótese de não serem reconsideradas, seja o presente Recurso Administrativo dirigido ao Diretor-Presidente da INFRA S.A., no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do item 15.9 do Edital, para, dando provimento ao presente Recurso Administrativo, reformar as decisões acima referidas, desclassificando a proposta do Consórcio TPF-Norconsult-EF-232 e classificando a proposta do Consórcio Estratégica - Prosul, declarando-o vencedor do certame, nos termos acima indicados.

4.2.20. No âmbito do Processo licitatório em questão, o presente Recurso Administrativo foi devidamente submetido à análise de admissibilidade, conforme previsto no subitem 15.9 do Edital. A análise técnica do recurso, considerando os aspectos eminentemente técnicos quanto a habilitação técnica e a proposta de preços, está sendo realizada por esta área especializada.

4.2.21. É importante destacar que a análise do recurso está sendo conduzida de forma integrada, considerando não apenas os aspectos técnicos, mas também os princípios da legalidade, da economicidade, da viabilidade técnica, da isonomia e do interesse público.

4.2.22. Além disso, os demais aspectos da habilitação (jurídica, fiscal e econômico-financeira) estão sendo analisados pela Comissão de Licitações, que emitirá parecer conclusivo sobre a admissibilidade do recurso e decidirá pela reconsideração ou redirecionamento ao Diretor-Presidente da Infra S.A., conforme previsto no Edital.

4.3. III - Análise dos pedidos do Recorrido

Da alegação de ausência de capacidade técnico-profissional do recorrente para a execução dos serviços licitados quanto ao engenheiro especialista - OAE do Consórcio Estratégica-Prosul.

4.3.1. Quanto às Certidões de Acervo Técnico (CATs).

4.3.1.1. As contrarrazões referentes às Certidões de Acervo Técnico (CAT) foram devidamente consideradas e analisadas. Após uma avaliação criteriosa, as conclusões pertinentes foram compiladas e estão detalhadamente apresentadas na Tabela 1.

4.3.2. Quanto a comprovação de sua capacidade técnico-profissional para a execução dos serviços licitados quanto ao engenheiro especialista - terraplenagem com apresentação de documentos e argumentações complementares objetivando demonstrar a experiência.

4.3.2.1. As contrarrazões referentes à habilitação da engenheira cartográfica foram cuidadosamente avaliadas. No entanto, essas contrarrazões não foram acatadas, uma vez que a engenheira cartográfica não atende aos requisitos especificados no Edital, conforme já tratado subitem 4.2.15.

4.3.2.2. Além disso, esta área técnica entende que a habilitação da recorrida neste quesito agrediria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, ambos aplicáveis à licitação por força do art. 31 da Lei nº. 13.303/2016. Ademais, consigna-se que possibilitar que um engenheiro cartográfico fosse habilitado no lugar de um engenheiro civil, conforme previsto no Termo de Referências, agrediria também ao princípio da isonomia, por conferir benefício somente à empresa requerida.

4.3.2.3. Por fim, por obediência aos referidos princípios e em atenção às alegações da Recorrida em sede de Recurso Administrativo, esta área técnica entende por retificar o entendimento consignado no Ofício nº 116/2024/GEPRO-INFRA/SGPRO-INFRA/DIREM-INFRA/DIREX-INFRA/CONSAD-INFRA/AG-INFRA/SEI nº 8570098) e conclui que não poderia renunciar a exigência de formação em engenharia civil para o profissional especialista em terraplenagem uma vez que, por expressa no Edital, tornou-se Lei interna da licitação.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. Ante exposto, considerando:

5.1.1. as razões recursais, o requerimento da Recorrente e as Contrarrazões apresentadas pela Recorrida;

5.1.2. o dever de abstenção da Administração concernente ao formalismo exagerado e interpretação excessivamente rigorosa do Edital, que prejudica a competitividade do certame;

5.1.3. que o cerne da questão, ao final da presente análise, tanto as alegações da Recorrente quanto da Recorrida, gira em torno de um único item do Instrumento Convocatório (Consórcio Estratégica-Prosul: comprovação de experiência do engenheiro civil sênior especialista - OAE; e, Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232: comprovação de experiência do engenheiro civil sênior especialista - Terraplenagem); e,

5.1.4. que a Administração deve primar, observados os princípios da (i) vinculação ao instrumento convocatório; (ii) igualdade; (iii) razoabilidade; e, (iv) economicidade, pela seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

5.2. E ainda, considerando as jurisprudências pertinentes, em atenção a julgado do Superior Tribunal de Justiça e a Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, a saber:

No curso de procedimentos licitatórios, a **Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, **promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União; grifo nosso

É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração que contém um único item, correspondente a pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido, por ofensa ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão 4063/2020-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO); grifo nosso

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA. 1. A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo. (MS 5779 / DF, Rel. Min.: José Delgado, órgão julgador: 1ª Seção, DJ 26/10/1998 p. 5); grifo nosso

[Declaração de Voto] [...] 35. Por oportuno, considero pertinente transcrever alguns trechos dos argumentos da unidade técnica que a levaram ao entendimento supra (grifos acrescentados): "É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência. **Esse rigor, contudo, não pode ser aplicado de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela licitação**. A licitação possui como objetivos primordiais: assegurar a igualdade de oportunidades entre os interessados e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa para o Poder Público. E, para tanto, rege-se por diversos princípios, entre eles o do procedimento formal, insculpido no artigo 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todos suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. **O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. O princípio do procedimento formal não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes**. Esta necessidade de atenuar o excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993, que faculta 'à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo'. **Adotando-se essa medida, evita-se a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude de pequenas falhas, sem reflexos importantes, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa**. (TCU, Acórdão nº. 2.302/2012, Rel. Min.: Raimundo Carreiro, órgão julgador: Plenário, Sessão em: 29/08/12; grifo nosso

5.3. Conclui-se que:

5.3.1. em relação à Qualificação Técnica Profissional, a **Recorrida** não cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Termo de Referência, pois descumpriu o subitem 6.5., Tabela 3 – PRODUTOS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, apresentando uma profissional com formação diferente da prevista no Termo de Referência;

5.3.2. o **Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232**, no entendimento desta área técnica, deve ser considerado **inabilitado** quanto à Qualificação Técnica Profissional para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Terraplenagem;

5.3.3. considerando a possibilidade de avaliação das documentações complementares apresentadas, nas condições pré-existentis à proposta, em sede de Recurso Administrativo, a **Recorrente** atenderia a Qualificação Técnica mínima prevista no Termo de Referência, comprovando o tempo de experiência de 11,17 anos para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Obras de Artes Especiais; e,

5.3.4. a **Recorrente** apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4. Portanto, nessas condições, considerando apenas as questões técnicas analisadas e de competência desta unidade, entende-se que o **CONSÓRCIO ESTRATÉGICA - PROSUL** estaria **habilitado**.

(assinado eletronicamente)

ALESSANDRA ESPINELI SANT'ANNA
Gerente de Projetos de Engenharia

(assinado eletronicamente)

LUIZ GONZAGA DE SOUSA CONGUÊ
Gerente de Custos

De acordo, encaminha-se à DIREM.

(assinado eletronicamente)

SÉRGIO NUNES DE FARIA
Superintendente de Projetos e Custos

De acordo, encaminha-se à Comissão Permanente de Licitação, C/C à SULIC e à DIRAF (para ciência).

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUÍS LUDOLFO DA SILVA
Diretor de Empreendimentos



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nunes de Faria**, Superintendente de Projetos e Custos, em 29/07/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gonzaga de Souza Congue**, Gerente de Custos, em 29/07/2024, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Espineli Sant'Anna, Gerente de Projetos de Engenharia**, em 29/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Ludolfo da Silva, Diretor de Empreendimentos**, em 29/07/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8604527** e o código CRC **44A53978**.



Referência: Processo nº 50050.001106/2024-99



SEI nº 8604527

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: